

# A Metamorfose de Militante Negros em Negros Intelectuais

Sales Augusto dos Santos<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Sociologia na Escola de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Projeção e Pesquisador Associado do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UnB

## Resumo:

O artigo visa sustentar o surgimento de uma nova categoria de intelectuais no Brasil, os negros intelectuais. A partir dos seus perfis, trajetórias e condutas político-acadêmicas defende-se a hipótese do surgimento dessa nova categoria de intelectuais na academia brasileira. Estes são os(as) intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos movimentos sociais negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com o conhecimento acadêmico-científico adquirido dos programas de pós-graduação de universidades, produz nestes(as) intelectuais um ethos acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). São utilizadas algumas informações e/ou dados de pesquisas qualitativa e quantitativa realizadas com alguns diretores e ex-diretores da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) para dar suporte aos argumentos.

**Palavras-chave:** Negros intelectuais, Movimentos sociais negros, Intelectuais, Antirracismo.

## Abstract:

Images participate of the construction of identities, imaginary and memories. Since travelling were been transforming into tourism, the image functioned in such a way as representation of unknown places, as memory for the experiences lived in a trip. This article analyses images that had participated of the construction of Rio de Janeiro as touristic destination, in the passage of 19th for the 20th century. Specifically, in advertisings of hotels and postcards of the port area.

## Introdução

Após o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, cresce significativamente o protesto negro contra a discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, aumenta o debate sobre a questão racial brasileira, inclusive com a institucionalização de alguns órgãos públicos estaduais, municipais e até federais (Dal Rosso, 2009; e Santos, 2007). Por outro lado, há também o ressurgimento e o aumento significativo da quantidade de negros<sup>2</sup> intelectuais oriundos direta ou indiretamente da militância dos movimentos sociais negros, especialmente a partir do início da década de oitenta do século passado. Conforme os cientistas sociais Lúcia Barbosa, Petronilha Silva e Valter Silvério, “entre os pesquisadores negros brasileiros, a problemática racial tem sido objeto de reflexão sistemática desde o surgimento do Movimento Negro Unificado [MNU] na década de 70 [do século XX] em meio ao processo de redemocratização do país” (Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 09).

Devemos deixar evidente aqui que intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro<sup>3</sup>, embora estes fossem – e ainda são – poucos, mas não tão pouco como pensa Carvalho (2005: 17). Este antropólogo afirmou, com base em uma enquete que realizou no ano 2001 na Universidade de Brasília (UnB), que havia apenas 1% de professores negros nessa universidade, enquanto a pesquisa de Santos (2007), nesta mesma instituição federal de ensino superior, demonstrou que havia 5,1% de professores pretos e 14,6% de professores pardos, perfazendo um total de 19,7% de professores negros na UnB. Porém, frise-se aqui que a porcentagem de acadêmicos negros no Brasil deve variar de universidade para universidade, bem como de região para região, entre outros fatores. Além disso, deve-se igualmente salientar que, no geral, a maioria desses poucos intelectuais negros provavelmente passou e passa por diversas dificuldades para chegar aonde eles chegaram, ou seja, para ocupar um cargo e ter o *status* de professor de uma universidade pública brasileira. Ademais, o isolamento a que praticamente estão relegados em seus departamentos muito provavelmente os impossibilita de debater a questão racial brasileira de forma franca, profunda, sem medo de represálias e com apoio ou solidariedades intra e inter-racial, visto que raramente há pares intelectuais negros em suas unidades acadêmicas (cf. Santos, 2007) e intelectuais não negros que se posicionam, sem tergiversar, contra a discriminação racial.

Se intelectuais negros sempre existiram na academia brasileira, **negros intelectuais** eram raríssimos, como, por exemplo, Lélia Gonzales e Alberto Guerreiro Ramos, que portavam uma ética da convicção<sup>4</sup> antirracismo incorporada dos movimentos sociais negros,

---

<sup>2</sup> Como negros são designadas aqui as pessoas que se autodeclaram pretas e pardas. Ou seja, a categoria “negros” é a junção das categorias “preta” e “parda” que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza para coletar dados sobre a “cor” ou “raça” dos entrevistados em seus Censos Demográficos e nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD).

<sup>3</sup> Segundo o sociólogo Antônio Sérgio A. Guimarães (2004), existiram intelectuais negros não só no meio acadêmico, mas nos meios artístico, cultural e político, entre outros.

<sup>4</sup> Segundo o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, ética “é em geral usada alternadamente com moralidade para se referir às obrigações e deveres que governam a ação individual” (Outhwaite e Bottomore, 1996: 278). Por outro lado, o uso que fazemos do termo weberiano ética da convicção (weber, 1963) é um

assim como um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; *ethos* este oriundo da interatividade dessa ética com o conhecimento acadêmico-científico adquirido de cursos universitários de pós-graduação *stricto sensu*. É sobre o surgimento dos negros intelectuais no campo acadêmico-científico brasileiro que trata este artigo. Mas devemos explicitar que não pretendemos fazer aqui uma distinção explícita, com características e fronteiras rígidas, entre quem ou o que são negros intelectuais e quem ou o que são intelectuais negros. Visamos, sobretudo, demonstrar que está (res)surgindo uma nova categoria de intelectuais no Brasil que estamos classificando de negros intelectuais.

### Discriminados da e na academia: alguns raros intelectuais negros da década de 1970

Pode-se dizer que, até o terceiro quartel do século XX, não havia possibilidade de se ter intelectuais negros nas universidades públicas brasileiras. Segundo o antropólogo José Jorge de Carvalho, as universidades públicas brasileiras se constituíram como espaços institucionais num clima de hostilidade e de racialização inferiorizante dos negros.

Elas [as universidades] expandiram seus contingentes de alunos e professores inúmeras vezes ao longo do século XX, mas não tomaram nenhuma iniciativa para corrigir a exclusão racial que as caracteriza desde sua fundação. Ou seja, **havia uma política abertamente racista na hora de iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior; todavia, não houve nenhum protesto ou ação antirracista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em virtude desse racismo estrutural. Pelo contrário, houve grande hostilidade e rejeição à presença de vários quadros negros importantes nos postos docentes.** Conforme expliquei em outro trabalho, nem Guerreiro Ramos nem Édison Carneiro conseguiram entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Clóvis Moura também ficou fora das universidades públicas do estado de São Paulo; Pompílio da Hora, erudito professor do Colégio Pedro II, foi recusado duas vezes de entrar na carreira diplomática descaradamente por sua condição racial; e Abdias do Nascimento somente foi professor nos Estados Unidos e na

---

pouco heterodoxo, mas não completamente distante do aparato conceptual do autor que o criou, visto que teoricamente os ativistas negros sempre combaterão o racismo independentemente das articulações ou conformações políticas. Assim sendo, aqui, ética da convicção antirracismo é o preceito e/ou valor moral de não se resignar com o preconceito e a discriminação raciais, bem como as consequências destes, tais como as desigualdades raciais, a inferiorização de grupos sócio-raciais, entre outras. Ou seja, em última instância, ética da convicção antirracismo é o preceito de lutar contra o racismo em qualquer esfera da vida social, seja na rua ou no trabalho, na escola ou na universidade, na vida pública ou privada, entre outros espaços, visando desconstruir o mito da democracia racial e, conseqüentemente, construir uma sociedade igualitária de direito e de fato. Vale destacar que entendemos esse mito conforme a definição do sociólogo Carlos A. Hasenbalg: “a noção de mito para qualificar a ‘democracia racial’ é aqui usada no sentido de ilusão ou engano e destina-se a apontar para a distância entre representação e realidade, a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais e sua negação no plano discursivo” (Hasenbalg, 1995: 369).

Nigéria como consequência do seu exílio durante os anos da ditadura; ao regressar ao Brasil, nunca foi acolhido por nenhuma universidade pública, enquanto a maioria dos acadêmicos brancos exilados conseguiu retomar seus postos anteriores ou foram realocados em outros. O resultado dessa segregação racial que já atravessou quatro gerações de universitários é uma prática, quase nunca submetida à crítica, dos acadêmicos brancos falarem sempre entre brancos pretendendo falar por todos e para todos (Carvalho, 2005-2006: 99-100; grifo nosso).

Conforme Carvalho (2005-2006) demonstra na citação acima, Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos não foram professores efetivos de universidades públicas brasileiras antes do período supracitado. Mas, como veremos abaixo, foram professores em algumas universidades dos Estados Unidos nas décadas de setenta e oitenta do século passado. Guerreiro Ramos até tentou ser professor na então Universidade do Brasil<sup>5</sup>, mas perdeu a cadeira de professor de sociologia para L. A. Costa Pinto e a de ciência política para Victor Nunes Leal (Ramos *apud* Oliveira, 1995: 140), embora em meados da década de 1950 tenha sido professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Neste último período, deu aulas para Abdias do Nascimento, num curso pós-universitário com concentração em sociologia (Nascimento, 1985: 05).

Pode-se afirmar sem tergiversações que Guerreiro Ramos não foi reconhecido pela academia brasileira no tempo em que viveu no Brasil. Seu valor e prestígio acadêmico foram reconhecidos nos Estados Unidos da América (EUA), visto que ele foi professor por muitos anos na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia (Oliveira, 1995: 14). Nessa época, esta era a maior escola de administração pública do mundo, conforme o próprio professor Guerreiro Ramos afirmou em entrevista à pesquisadora Lucia Lippi Oliveira (Ramos *apud* Oliveira, 1995: 132).

Tal qual Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, após ir para os EUA em “autoexílio”, foi reconhecido e valorizado como artista e intelectual ao ser contratado pela Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNYAB), em Búfalo, como professor catedrático. Nesta universidade, ante o seu prestígio, fundou a cadeira de *Culturas Africanas no Novo Mundo*, no Departamento de Estudos Porto-riquenhos (Nascimento, 1985: 06).

Nesse período, Abdias se concentra no desenvolvimento de sua criação artística através da pintura. Expõe em museus e galerias como as das Universidades de Yale, Howard, Columbia e Harvard, o Studio Museum in

---

<sup>5</sup> O antropólogo Lívio Sansone (1998) também confirma a existência de barreiras raciais que intelectuais negros enfrentaram e, por causa delas, não conseguiram ter acesso ao cargo de professor de universidade pública no Brasil. Segundo Sansone, “demais adiantadas para a sua época, **as dificuldades de Guerreiro Ramos – sociólogo e negro assumido – em ganhar aceitação no meio acadêmico** antecipam muitas das críticas e rancores na nova geração de intelectuais negros perante o meio acadêmico, com seus amores pelas torres de marfim” (Sansone, 2002: 10; grifo nosso).

Harlem, o Inner City Cultural Center (Los Angeles), o Ile-Ife Museum (Philadelphia) e muitos outros. (Nascimento, 1985: 06)

Mas antes de ser Full Professor na SUNYAB, Abdias do Nascimento havia sido visiting lecturer da Yale School of Drama, em New Haven. Também foi docente, por um ano, como visiting fellow na Wesleyan University, em Middletown, Connecticut (Nascimento, 1982: 12-13). Além disso, o professor Abdias do Nascimento fez palestras em várias universidades dos EUA. Segundo ele mesmo:

Percorri vários estados daquele país, convidado para simpósios, palestras, conferências, exposições, debates, painéis e congressos, promovidos tanto por associações, galerias e teatros (a exemplo do Negro Ensemble e New Lafayette Theater, ambos no Harlem), como por universidades: a Howard (universidade negra de Washington, D.C.), Harvard (Cambridge, Mass.), Princeton (New Jersey), Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), Tulane (New Orleans), Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, Universidade do Estado de Nova York, em New Paltz, e Columbia University, em Nova York (Nascimento, 1982: 16).

Contudo, a carreira acadêmica de Abdias do Nascimento não se limitou aos EUA. Em 1976, a convite, ele passou a ser professor visitante do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ife, na Nigéria, onde ficou por um ano (Nascimento, 1985: 6). Embora muito recentemente tenham surgido estudos e pesquisas no Brasil sobre a trajetória desse negro intelectual, como, por exemplo, Semog e Nascimento (2006), Guimarães (2005-2006) e Macedo (2005), percebe-se, de um lado, o quanto Abdias do Nascimento foi reconhecido como artista e como intelectual nos EUA e em outros países e, de outro lado, o quanto ele foi não reconhecido pelo meio acadêmico brasileiro.

Mas o professor Abdias do Nascimento não foi exceção. Em se tratando de academia no Brasil, os intelectuais negros e os negros intelectuais historicamente têm sido excluídos deste espaço conforme afirma Carvalho (2005-2006). Como prova dessa exclusão, o antropólogo José Jorge de Carvalho assevera que, “para dar uma ideia do ponto a que chega hoje a segregação racial implícita na vida acadêmica brasileira, basta dizer que a famosa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde trabalham tantas figuras de destaque nacional, conta com apenas três docentes negros na ativa, entre seus 504 professores” (Carvalho, 2005: 16).

Além da baixa quantidade desses intelectuais nas universidades brasileiras, até muito recentemente os negros no Brasil eram considerados por alguns cientistas sociais apenas como informantes e/ou objetos de pesquisa, ou até mesmo como “um micróbio” e/ou “material de laboratório”, conforme afirmou categoricamente o cientista social Costa Pinto (Costa Pinto *apud* Nascimento, 1982: 61-62). Ou seja, geralmente na academia brasileira os afro-brasileiros são tratados no máximo como seres subordinados e dependentes do conhecimento colonizador e/ou eurocêntrico de alguns intelectuais que estudam e pesquisam relações raciais brasileiras.

Não bastasse isso, até muito recentemente era muito difícil aceitar que um intelectual negro ocupasse um cargo de prestígio em instituições acadêmico-científicas ou correlatas (Carvalho, 2005-2006). Por exemplo, um dos raros intelectuais negros da USP, Milton Santos, quando pleiteou o cargo de presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1962, foi surpreendido pela afirmação de um de seus pares de que ele, Milton Santos, não poderia ser presidente da AGB porque era negro. Conforme o próprio professor Milton Santos,

Em 1962, candidato que fui a presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros, **uma voz – e não das menos eminentes da geografia brasileira – se levantou para dizer “não, não pode ser presidente, porque é negro”**. Pois bem, Caio Prado Júnior – que eu mal conhecia e que já me havia citado em seus trabalhos, embora não fosse da sua grei (...) responde: “Não, vamos elegê-lo”. Devo, pois, a Caio Prado Júnior, ao seu caráter, à sua grandeza, esse empurrão tão grande que ele deu na minha própria carreira. (Santos, 1989: 433; grifo nosso)

Como se vê, além de pouquíssimos intelectuais negros nos quadros de professores das universidades públicas brasileiras antes da década de 70 do século XX, havia, no seio dessas, fortes barreiras raciais que impediam tais intelectuais de almejavem posições de prestígio e poder e até mesmo de ingressarem nessas instituições, conforme demonstrou Carvalho (2005-2006 e 2005). Poucos foram os intelectuais brancos que corajosamente se posicionaram contra a discriminação racial no seio das instituições acadêmico-científicas, como Caio Prado Júnior, e não permitiram o bloqueamento das carreiras acadêmicas dos raros intelectuais negros. Sem aquela solidariedade de Caio Prado Júnior<sup>6</sup> com Milton Santos, muito provavelmente a carreira acadêmica deste último intelectual não teria se desenvolvido plenamente, bem como Milton Santos provavelmente não seria um geógrafo reconhecido mundialmente.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Gostaríamos de desenvolver mais alguns parágrafos sobre essa solidariedade. Mas, ante o espaço que temos para publicar este artigo, isso não é possível. Contudo, gostaríamos de demonstrar aqui algo aparentemente contraditório, pois, se naquela época Caio Prado Júnior foi, na prática, um aliado de Milton Santos, em teoria aquele demonstrava uma visão preconceituosa dos descendentes de escravos, como pode ser visto na seguinte citação: **“há outra circunstância que vem caracterizar ainda mais desfavoravelmente a escravidão moderna: é o elemento de que se teve de lançar mão para alimentá-la. Foram eles os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores. (...) A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela força motriz, quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa ‘cultura’, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, do simples fato da presença dele e da considerável difusão de seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora. O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. [...] Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe”** (Prado Júnior, 1942: 271-272; grifos nossos). Esta visão de Caio Prado Júnior sobre os indígenas e africanos é um exemplo típico do que estamos chamando de colonização intelectual eurocêntrica.

<sup>7</sup> Milton Santos faleceu de câncer em 24 de junho de 2001. Ele era professor emérito da Faculdade de Geografia

### O surgimento de novos atores sociais em “novos” espaços para a luta antirracismo

Com o revigoramento dos movimentos sociais negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do Brasil nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para a formação e o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos desses movimentos ou que ouviram as vozes destes por justiça e igualdade racial. Esses “novos intelectuais negros”, ao participarem como ativistas nesses movimentos ou sofrerem indiretamente a sua influência (ouvindo o seu clamor por igualdade racial), tornaram-se ciosos de novos ou outros métodos de pesquisas, indagações, categorias analíticas e conhecimentos para estudar, pesquisar e compreender as relações raciais brasileiras, assim como por apresentar propostas para promover a igualdade racial no Brasil, com o objetivo de eliminar o racismo da sociedade brasileira, especialmente em algumas áreas que eles consideravam estratégicas, como a educação. Nessa área, os ativistas negros brasileiros tiveram papel preponderante ao demonstrar os conteúdos racistas transmitidos pelo sistema formal de ensino. Isto pode ser comprovado numa afirmação dos cientistas sociais Carlos Hasenbalg e Nelson Silva, tecida em tempos pretéritos:

É só em período muito recente que esse quadro da pesquisa educacional [de negligenciamento pela sociologia da educação da dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades] começou a mudar, em alguma medida devido à atuação de educadores e ativistas negros no sentido de detectar e denunciar os conteúdos racistas transmitidos pelo sistema formal de ensino. Através de pesquisas, seminários e publicações, este grupo de estudiosos e ativistas tem demonstrado uma preocupação com os efeitos deletérios desses conteúdos racistas sobre a formação da identidade racial do alunado negro. As críticas têm-se centrado na estrutura do currículo escolar (que exclui temas como história da África e do negro no Brasil, vistas como fontes de uma identidade racial positiva) e na maneira estereotipada e preconceituosa com que o negro é apresentado nos livros didáticos. Estas iniciativas têm posto em contato e aberto o debate entre militantes do movimento negro, educadores e cientistas sociais, criando, assim, um espaço para discutir a questão do racismo na educação (Hasenbalg e Silva, 1992, p. 80).

Contudo, somente o ativismo não lhes proporcionava as condições necessárias para a produção de um conhecimento com autonomia, independência e descolonização intelectual.

---

da Universidade de São Paulo (USP). Recebeu, entre outros, os seguintes prêmios: a) Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, em 1994; b) o Homem de Idéias de 1998, oferecido anualmente pelo "Jornal do Brasil" ao intelectual de maior destaque no ano; e c) o Brasileiro do Século, Laureado na categoria Educação, Ciência e Tecnologia pela **revista Isto é**, em 1999. Ele escreveu mais de 40 livros, publicados no Brasil, França, Reino Unido, Portugal, Japão e Espanha. Vale ressaltar ainda que ele foi o único intelectual fora do mundo anglo-saxão a receber o prêmio Vautrin Lud, o “Nobel” da geografia. Extraído de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u21561.shtml>, em 11/09/2011.

Ou seja, a militância nos movimentos negros não possibilitava o controle ideológico que o rigor acadêmico exige para a produção de um conhecimento científico em qualquer área, especialmente na de relações raciais. Assim, aqueles ativistas precisavam de um acompanhamento acadêmico-formal. Portanto, eles precisavam ser educados com esmero por meio de métodos, técnicas e conhecimentos científicos que controlassem a subjetividade, a ideologia, etc., e produzissem conhecimentos sobre as relações raciais brasileiras de acordo com os padrões do rigor acadêmico e/ou da ciência. Dito de outra maneira, essas pretensões de produzir conhecimento dos ativistas negros precisavam de orientação e acompanhamento acadêmico-científicos.

Dessa forma, muitos ativistas negros graduados com curso superior, buscando respostas para perguntas ou problemas que a militância negra construía, mas não conseguia responder sem considerável subjetividade, começaram a se inserir em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) para estudar, pesquisar e responder tais questões. Mas deve-se destacar que esse ingresso nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* das universidades brasileiras não foi e ainda não é tranquilo. Conforme a antropóloga estadunidense Angela Gilliam (1997: 94), há nas universidades brasileiras os “porteiros da academia” ou “negrólogos” que desestimulam e até obstruem o ingresso de ativistas negros nesses cursos.

À medida que os negros brasileiros procuram meios de reinvenção das identidades individuais e coletivas, confrontam-se crescentemente com os ‘peritos’ institucionais em matéria da vida dos negros, os ‘negrólogos’. Estes **porteiros da academia** agarram-se firmemente ao poder, o que faz com que os negros continuem à margem da possibilidade de produzir análises alternativas da sociedade brasileira. O problema com que muitos estudantes negros se deparam quando tentam ligar as suas análises com o ativismo político tem de ser relacionado com a falta de esforço da parte da elite de especialistas em matéria de raça – os “negrólogos” – em estimular as análises alternativas, que ameaçariam o seu papel de guardiões (1997: 94; grifo nosso).

Ao ingressarem nos cursos de mestrado e de doutorado, surgem então, da parte desses ativistas que estão se transformando em negros intelectuais, indagações posicionadas sobre as relações raciais a partir de um ponto de vista de intelectuais negros(as) engajados(as); indagações e ponto de vista esses que a maioria dos cientistas sociais brancos desta área de estudos e pesquisas não tinha, e alguns até o desconsideravam. Muito recentemente alguns intelectuais brancos da área de estudo e pesquisa sobre relações raciais começaram a perceber a miopia a que estavam submetidos em virtude da colonização intelectual que incorporavam e reproduziam em face de um conhecimento eurocêntrico acrítico; ou seja, de um conhecimento posicionado a partir de um ponto de vista dominante e acrítico daquelas



relações, mas que se traveste em conhecimento neutro e daltônico. Por exemplo, o antropólogo José Jorge de Carvalho afirmou que,

A luta antirracismo tem que ser uma frente ampla. A comunidade branca é que tem que mudar de comportamento, porque o racismo é um problema de todo mundo, não é um problema só do negro. É um problema do branco em primeiro lugar. **A comunidade branca tem que mudar o seu padrão, tem que começar a falar disso, dos privilégios da branquidade no Brasil [...]. Precisa ter mais traidores do contingente branco, como eu sou. É preciso trair os brancos, dizer que somos racistas\_**(Carvalho, 2003: 11-15; grifo nosso).

Essa reflexão do antropólogo Carvalho (2003) aflorou após ele “ver” e conviver de perto com a discriminação racial que um dos seus orientandos de doutorado sofreu no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), ao ser este reprovado “injustificadamente” em uma disciplina obrigatória. Este foi o primeiro doutorando negro a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB, em vinte anos de existência desse doutorado. Mais do que isso: “em 20 anos nenhum aluno havia sido reprovado nessa matéria” (Carvalho, 2005: 64). Além disso, esse “ver” a discriminação racial que um dos seus orientandos sofreu foi possível ao professor José Jorge de Carvalho, entre outros fatores, porque tal doutorando, consciente da sua capacidade intelectual e fundamentado pela ética da convicção antirracismo, não se resignou diante da discriminação racial a que fora submetido. Como este ex-discente já havia tido contato e sofrido a influência de militantes e intelectuais dos movimentos sociais negros no Rio de Janeiro, quando realizou o seu curso de mestrado, adquirindo ou incorporando nessa interação a ética supracitada, ele reagiu contra a injustiça que quiseram lhe impor, não aceitando a reprovação por motivos extra-acadêmicos. Segundo o próprio ex-doutorando,

Meu “drama” começou no primeiro semestre letivo de 1998 quando, recém-aprovado no PPGAS da UnB, cursei uma disciplina chamada “Organização Social e Parentesco”, ministrada pelo Professor Dr. Klaas Woortmann. Trabalhei arduamente neste curso. No final do semestre, entretanto, fui sumariamente reprovado. Encaminhei pedidos para a revisão de menção final, a três instâncias administrativas da UnB, todas elas indeferiram meu recurso. Finalmente, em 19 de maio de 2000, uma quarta instância, o CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão discutiu, pela segunda vez, o processo e reconheceu (22 votos a favor X 4 contra) que fui injustamente reprovado e me concedeu o crédito devido [...] **Acredito que se pode ver, neste “drama social”, forte indício de crime de racismo** (Lima, 2001: 308-310; grifo nosso).

Ou seja, entendemos que o professor José Jorge de Carvalho se viu “traidor do contingente branco” em virtude do espírito de justiça e da solidariedade que teve com o seu orientando, visto que o conhecia e reconhecia nele uma capacidade intelectual acima da

média dos discentes do PPGAS da UnB. Mas essa manifestação do espírito de justiça e da solidariedade desse professor, que afinal prevaleceu, somente foi possível porque esse orientando, sob a influência anterior de ativistas negros, não aceitou a discriminação racial a que foi submetido, reagindo contra a mesma e lutando até o fim do processo de revisão de menção, quando se fez justiça. Ao ouvir ou lembrar as vozes dos movimentos sociais negros do Rio de Janeiro ou, se se quiser, ao “atender ao apelo lançado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, naquele 7 de julho de 1978”, quando da fundação do MNU, esse ex-doutorando, hoje doutor e professor de uma universidade pública estadual, começou a consolidar uma ética da convicção antirracismo, que lhe deu suporte para reagir e ir até o fim do “Caso Ari”, visando à correção da injustiça que lhe fora feita.

Desse modo este ex-estudante de pós-graduação possibilitou também que o seu ex-orientador enxergasse as relações raciais brasileiras mais ampla e refinadamente, a partir de um ponto de vista fora da branquidade e sem a miopia que este referencial provoca em quem o incorpora. Ou seja, o “Caso Ari” e a reação à discriminação racial sofrida por parte do ex-orientando possibilitaram ao professor José Jorge de Carvalho ver como se opera de forma bem refinada o que denominamos racismo de resultado no Brasil, que nega o privilégio da brancura, ou seja, a branquidade. E conforme esse professor, branquidade é o:

capital racial que possuem todas as pessoas no Brasil que são classificadas no censo do IBGE como brancas e que na maioria das vezes não assumem essa categoria. Não a assumem, mas usufruem os privilégios dela derivados. **E branquidade é a condição de privilégio racial própria das sociedades latino-americanas da mestiçagem.** Difere da condição de branco em países como os Estados Unidos, África do Sul e Zimbábue porque nessas sociedades foi construída uma condição explícita de branco, socialmente aceita de modo inequívoco, o que não é o caso em países como o Brasil, em que a ideologia da mestiçagem tem permitido uma manobra de diluição na esfera pública dessa condição de branco. **A branquidade é o privilégio da brancura em uma sociedade racista sem a responsabilidade que ela gera em termos de desigualdade racial.** (Carvalho, 2007; grifos nossos)

Pensamos que a reação desse ex-doutorando possibilitou ao seu ex-orientador ver as relações raciais de outra maneira, mais crítica, mais próxima do dia-a-dia da população negra ou do seu sofrimento em face do racismo. Possibilitou ver também os ocultos “privilégios da branquidade”. Mais do que isto: possibilitou-lhe falar sobre esses privilégios, o que o tornou um “traidor do contingente branco”.

Outro exemplo de participação dos(as) negros(as) intelectuais nas universidades brasileiras visando igualdade racial nessas instituições de ensino superior pode ser constatado por meio da atuação, no processo de aprovação do sistema de cotas para estudantes negros no vestibular da Universidade de Brasília (UnB), da então Conselheira Nacional de Educação e professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Segundo a ex-decana de extensão da UnB, Dóris Santos de Farias, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi muito bem em sua exposição sobre as relações raciais brasileiras no dia da votação da proposta do sistema supracitado, ocorrida em 6 de junho de 2003, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB (Farias *apud* Belchior, 2006: 88-89). Segundo a professora Dóris Farias, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi convidada a participar dessa reunião,

Porque eu [profa. Doris Farias] insistia com o Jorge [prof. José Jorge de Carvalho] (...) que teria que ter alguém que falasse da questão da importância da diversidade na produção do conhecimento, com dados, com experiência; e ele depois disse: “encontrei, é a Petronilha”. Ele é quem a escolheu, ele falou com ela; ela preparou o manuscrito, representando o Conselho Nacional de Educação (...). (Farias *apud* Belchior, 2006: 89)

Outros conselheiros do Cepe confirmam que a presença da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, bem como da então ministra Matilde Ribeiro, na reunião citada anteriormente, foi fundamental para a aprovação da proposta daquele sistema no vestibular da UnB. A presença da primeira professora foi essencial não só pela autoridade de seus argumentos (cf. Demo, 2005), mas também pela politização da discussão sobre esse sistema naquela reunião do Cepe, fazendo com que alguns professores indecisos votassem favoravelmente à proposta. Conforme um dos membros desse Conselho, “um dos fatores fundamentais que (...) gerou uma aprovação unânime (...) foi a presença da Conselheira Nacional de Educação, a Petronilha [Silva] e da ministra Matilde Ribeiro” (Conselheiro (m) 5 *apud* Belchior, 2006: 89).

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva estava ali, entre outros fatores, por ser nacionalmente reconhecida como uma das maiores pesquisadoras e autoridades sobre educação e relações raciais no Brasil, assim como porque defendia aquela proposta pessoal e academicamente. Ou seja, essa professora, conforme afirmou acima a ex-decana de extensão da UnB, não estava naquela reunião porque falava e representava a posição do Conselho Nacional de Educação (CNE); até porque o CNE não havia deliberado nada sobre o tema, bem como não havia indicado aquela intelectual para representá-lo na reunião do Cepe do dia 6 de junho de 2003.

A professora Petronilha Silva, assim como a maioria absoluta dos(as) negros(as) intelectuais dirigentes da *Associação Brasileira de Pesquisadores Negros* (ABPN)<sup>8</sup> (cf. Santos, 2007), é de origem familiar pobre e estudou em escolas públicas (Silva, 2006). Contudo, ela fez a sua graduação e seus cursos de pós-graduação em uma universidade pública, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mais uma vez, como a maioria absoluta dos(as) intelectuais dirigentes da ABPN, a professora Petronilha Silva sofreu influência direta dos movimentos sociais negros ao ser militante orgânica de algumas organizações desses movimentos. Ela não só faz questão de explicitar isso (Silva, 2006), como demonstra publicamente o seu forte vínculo com esses movimentos, ao afirmar em seu Currículo Vitae

<sup>8</sup> A professora Petronilha Silva também é filiada à ABPN. Para informações sobre essa associação, tais como sobre seus membros, seus objetivos, entre outras coisas, acesse <http://www.abpn.org.br>.

Lattes que, “**por indicação do Movimento Negro**, foi conselheira da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nesta condição ela foi a relatora do Parecer 03/2004” (Silva, 2007; grifo nosso)<sup>9</sup>.

Essa influência direta dos movimentos sociais negros em sua biografia começou logo após essa professora ingressar no seu curso de doutoramento na UFRGS, em 1983. No ano de 1984, ela começa o seu ativismo sócio-político nos *Agentes de Pastoral Negros* (APNs), onde permanece por aproximadamente quinze anos. Segundo essa professora,

Em 1984, passei a integrar o grupo de militância negra (sic) os Agentes de Pastoral Negros. Mais tarde, desde sua criação passei a integrar o Centro de Cultura e Teologia Atabaque, liderado pelo Pe. Antônio Aparecido da Silva.[...] Durante aproximadamente 15 anos fui assessora dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), tanto em nível nacional como no Rio Grande do Sul (Silva, 2006: 32-33 e 48).

Mas essa intelectual não foi ativista só nos APNs. Ela também participou de atividades do *Instituto do Negro Padre Batista* e do *Centro Ecumênico de Cultura Negra* (Silva, 2006). E, ao participar de todas essas entidades dos movimentos sociais negros, a professora Petronilha Silva incorporou, revigorou e consolidou uma ética da convicção antirracismo.

Por conseguinte, a professora Petronilha Silva participou decisivamente da reunião do Cepe do dia 6 de junho de 2003, que aprovou o sistema de cotas para estudantes negros no vestibular da UnB, porque, entre outros fatores, ela também se impregnou de uma ética da convicção antirracismo que tem influenciado a sua conduta acadêmico-intelectual-política. Mais ainda: essa ética tem condicionado as suas pesquisas, estudos e produção de conhecimento sobre as relações raciais brasileiras. Assim, essa participação era mais uma missão de vida ou um compromisso com a sua ética da convicção antirracismo do que apenas mais um compromisso acadêmico, até porque essa docente não separa a sua atividade militante nos movimentos sociais negros de suas atividades acadêmico-intelectuais. Segundo ela mesma,

**Ensinar – aprender**, como se pode ver, estiveram, e afirmo que **continuam articulando minha atuação de professora, militante do Movimento Negro, pesquisadora**. [...]. O propósito, aqui [no memorial], é mostrar que **minha atividade de militante do Movimento Negro se encontra fortemente vinculada às atividades acadêmicas, influenciando-as e incentivando a produção científica, didática, de extensão [...]. Entremesam-se as atividades profissionais e acadêmicas com as de militância**. (Silva, 2006: 44-45, 50-51; grifos nossos)

---

<sup>9</sup> Parecer este de 10 de março de 2004, do CNE, homologado em 18 de maio de 2004, que estabeleceu os marcos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Silva, 2006 e 2004).

O preceito de não se resignar com o racismo, de não aceitar com passividade a discriminação e o preconceito raciais e, conseqüentemente, as desigualdades raciais, que a professora Petronilha Silva incorporou dos movimentos sociais negros, entrou em interação com o conhecimento acadêmico-científico adquirido na e da sua trajetória acadêmico-intelectual, ou ainda no e do seu ofício de intelectual, tendo como resultado a produção de um *ethos acadêmico-científico ativo*, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial. Esse *ethos* condiciona a sua conduta intelectual e política ou, se se quiser, a sua visão de mundo, conforme ela mesma afirma nas citações anteriores.

Poder-se-ia perguntar por que uma Conselheira da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação do Brasil, participou de uma reunião do Cepe da UnB. Primeiro, é plausível afirmar que essa intelectual e agente dos movimentos sociais negros aceitou participar da reunião porque esta era fundamental para deliberar sobre uma proposta que esses movimentos e os(as) intelectuais da ABPN vinham defendendo publicamente. Segundo, como negra intelectual e portadora de um *ethos acadêmico-científico ativo*, não aceitar esse convite seria uma violação de conduta, uma negação da ética da convicção antirracismo, o que provavelmente respingaria sobre a reserva moral que essa intelectual e ativista negra tem para o enfrentamento e o combate ao racismo na sociedade brasileira. Portanto, é plausível sustentar a hipótese de que essa professora estava presente na reunião do Cepe que aprovou o sistema de cotas para estudantes negros como intelectual e representante legítima dos movimentos sociais negros; e, neste último caso, também estava operacionalizando a ética da convicção antirracismo, que porta e que foi incorporada desses movimentos.

Desse modo, participando do debate acadêmico no interior das universidades públicas brasileiras, influenciando outros intelectuais negros e não negros no que diz respeito à luta por justiça e igualdade racial, defendendo ações afirmativas para estudantes negros ingressarem e permanecerem nas universidades brasileiras, especialmente as públicas, entre outras propostas; os negros intelectuais começaram a intervir na produção do conhecimento sobre a população negra brasileira e passaram a ser agentes que se reconhecem como sujeitos na e da produção do conhecimento sobre relações raciais no Brasil.

Ao sentir, pensar, agir e portar uma ética da convicção antirracismo incorporada à sua visão de mundo, bem como um conhecimento acadêmico-científico adquirido dos cursos de pós-graduação, os(as) negros(as) intelectuais que estão nas universidades brasileiras como professores ou alunos de pós-graduação *stricto sensu* passaram a tocar o seu destino, tentando se tornar sujeitos dos seus próprios destinos, com vistas a produzir um conhecimento científico comprometido com a construção de uma sociedade racialmente democrática de direito e de fato.

Mas talvez se questione que a incorporação da ética da convicção antirracismo por apenas dois acadêmico-intelectuais negros de universidades públicas brasileiras (os professores Ari Lima e Petronilha Silva) não seja fator suficiente para afirmarmos o surgimento de “novos” agentes sociais contra o racismo em um “novo” espaço de atuação, qual seja, o meio acadêmico no Brasil. Contudo, por meio de uma pesquisa que realizamos com os dirigentes da ABPN também pudemos constatar o surgimento desses novos agentes

antirracismo. Nessa pesquisa, um dos nossos principais objetivos foi saber se esses dirigentes também incorporaram uma ética de convicção antirracismo, que é condição necessária para o surgimento daquilo que estamos denominando “negros intelectuais”.

Entretanto, antes de prosseguirmos com alguns resultados da pesquisa supracitada, faremos uma breve digressão para mostrar o surgimento dos Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros (Copenes), que são realizados pela ABPN. Estes congressos têm o propósito de ser um canal de interlocução acadêmica, com capilaridade extensa, recobrando todas as áreas do conhecimento. O primeiro Copene foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de 22 a 25 de novembro de 2000. Contou com mais de trezentos pesquisadores negros de diversas regiões do Brasil e do estrangeiro. De acordo com Barbosa, Silva e Silvério, negros intelectuais que colaboraram com esse fecundo processo,

O Congresso de Recife contou com a presença de cerca de 320 pesquisadores nacionais de diversas regiões do país e estrangeiros. A grande concentração de pesquisadores se deu nas seguintes áreas de conhecimento: educação, saúde, história, sociologia e antropologia. Dois pontos ganham relevância ao se analisar o Congresso de Recife. Em primeiro lugar, chamaram a nossa atenção a diversidade, o crescimento numérico e a excelência da produção. Em segundo lugar, a persistência de barreiras e a ausência dos meios materiais de suporte ao desenvolvimento de pesquisas pretendidas pelos pesquisadores negros. O que sugere haver divergências no interesse e na agenda de pesquisa de pesquisadores brancos e afro-descendentes (Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 10).

Nesse congresso de Recife também foi fundada a *Associação Brasileira de Pesquisadores Negros* (ABPN), “com o objetivo principal de congregar pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra no Brasil” (Cf. Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 10). Após o encontro na UFPE houve mais cinco congressos: na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), de 25 a 29 de agosto de 2002, com 453 inscrições (Cf. Silvério, 2007a); na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em setembro de 2004, com cerca de 600 participantes (Cf. NEAB/UFMA, 2006); na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em setembro de 2006, com aproximadamente 1.200 inscritos (Cf. Mattos, 2007a); na Universidade Federal de Goiás (UFG), em julho/agosto de 2008, com 980 inscritos<sup>10</sup>; e o mais recente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), realizado em julho de 2010, com

---

<sup>10</sup> Este encontro também “contou com palestrantes, capacitadores e oficinairos de 13 Estados diferentes e 08 do exterior. Ocorreram 04 Conferências, 16 Gts com 295 trabalhos apresentados, 129 apresentações de pôster, 19 Mesas-Redondas com 63 palestrantes, 13 Mini-cursos e 08 oficinas. Realizou-se também uma mostra de vídeos gratuita no Museu Antropológico e a Mostra “Imagens Negras em Tela Branca”, no Centro da cidade, com filmes de diversos estados. Organizou-se uma exposição artística com artistas negros/as, principalmente goianos/as. Promoveu-se o encontro de GLBT’s negros. Ocorreram diversas apresentações culturais, incluindo Congada, Samba de Roda, Hip Hop, Capoeira Angola, Dança Afro, Sarau com escritores, Recital de poesias, shows com cantoras negras e 04 festas temáticas com música negra”.

867 inscritos<sup>11</sup>, conforme se pode observar na tabela 1.

Até o quarto Copene aumentou exponencialmente o número de participantes. Tendo o congresso de Recife como ano base para o cálculo da taxa de crescimento de cada congresso, observa-se que o número de participantes cresceu 41,56% do primeiro para o segundo congresso, acumulando crescimentos de 87,50% no terceiro e de 275,0% no quarto congresso. A taxa média de crescimento de participantes até o quarto congresso foi de 58,0%, sendo que do terceiro para o quarto congresso o número de participantes duplicou. Algo extraordinário, especialmente quando observamos que a maioria esmagadora dos participantes não recebe nenhuma ajuda de custo ou financiamento para ir aos congressos da ABPN. A partir do quinto Copene a taxa de crescimento dos congressos passou a ser negativa, visto que neste último ela foi de -18,33% e no sexto congresso ela foi de -11,33%. Embora com taxas de crescimento negativas nos dois últimos Copenes, o número de participantes do congresso realizado no Rio de Janeiro, o último até a presente data, foi quase o triplo do primeiro, o de Recife, e, além disso, a taxa média de crescimento anual de congressistas no período de 2000 a 2010 foi de 28,28%, conforme a tabela 1.

*Tabela 1 – Evolução do número de pesquisadores negros participantes do Copene*

CONGRESSO	ANO / LOCAL	PARTICIPANTES	TAXA DE CRESCIMENTO		
			A cada congresso	Acumulada	Média
1º	2000 / Recife	320			
2º	2002 / São Carlos	453	41,56%	41,56%	41,56%
3º	2004 / São Luís	600	32,45%	87,50%	37,00%
4º	2006 / Salvador	1.200	100,00%	275,00%	58,00%
5º	2008/Goiânia	980	-18,33	206,25%	38,92%
6º	2010/Rio de Janeiro	867	-11,53	170,93%	28,28%

Fonte: Santos (2007); dados agregados pelo pesquisador.

Esses dados são um forte indicativo de que a discussão acadêmica sobre o tema das relações raciais não está hoje, como outrora, exclusivamente sob o controle dos intelectuais brancos das ciências sociais. Há um processo irreversível de disputa discursiva, com o surgimento e o crescimento acelerado do que estamos denominando aqui de negros intelectuais, com trajetórias que se bifurcam em muitos aspectos.

Retornando à pesquisa supracitada, entre 2006 e 2007, entrevistamos quinze dos dezoito diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN<sup>12</sup>. A nossa intenção era entrevistar todos

<sup>11</sup> Conforme o Bando de Dados de Registro dos inscritos no Copene/2010, janeiro 2010/julho 2010", compilados por Eduardo Martins, webmaster da ABPN. Contudo, segundo informações de uma das organizadoras desse congresso, este pode estar subestimado, pois muitas pessoas não haviam feito inscrições no site da ABPN, mas a fizeram manualmente no início do congresso, sendo que muitas dessas últimas inscrições não tinham sido incluídas no Bando de Dados de Registro de inscritos.

<sup>12</sup> Esses(as) diretores(as) são eleitos em cada Copene, por meio de uma assembléia geral. Dessa forma,

os(as) diretores(as) e ex-diretores(as) dessa instituição. Infelizmente, três deles não responderam o nosso questionário, enviado por correio eletrônico, contendo perguntas abertas sobre o seu perfil e a sua trajetória ou formação escolar-acadêmica. Classificamos e tabulamos algumas características ou respostas desses(as) dirigentes que puderam ser padronizadas, para efeito de descrição desses(as) intelectuais e mesmo de algumas breves análises, conforme pode ser verificado em Santos (2007). O que se observou de modo geral é que a maioria absoluta desses(as) dirigentes tem uma trajetória escolar-acadêmica e um perfil muito parecidos, para não dizer quase idênticos, salvo raras exceções (cf. Santos, 2007). Neste artigo comentaremos rapidamente somente sobre a formação de pós-graduação destes(as) diretores da ABPN e sua participação em movimentos sociais.

Conforme Santos (2007), a maioria absoluta dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN concluiu a graduação em universidades públicas. Essa característica se manteve na realização dos seus cursos de pós-graduação. 60,0% desses(as) dirigentes realizaram e concluíram a sua pós-graduação em universidades públicas e 40,0% a realizaram em universidades privadas (Tabela 2).

*Tabela 2 – Tipo de universidade onde diretores e ex-diretores da ABPN obtiveram o principal título de pós-graduação*

Tipo de Universidade	Frequência	Porcentagem
Universidade Pública	9	60,0
Universidade Privada (PUCs)	6	40,0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Santos (2007)

Contudo, todos(as) os(as) dirigentes da ABPN que se pós-graduaram nestas últimas universidades estudaram nas Pontifícias Universidades Católica (PUCs). Cinco desses concluíram a pós-graduação na PUC de São Paulo e um(a) a realizou na PUC do Rio Grande do Sul. Talvez fosse interessante, num futuro próximo, realizar uma pesquisa com esses(as) diretores(as) para saber a razão da escolha da PUC de São Paulo como *locus* de preferência desses(as) intelectuais. Um dos diretores da ABPN, ao nos responder em entrevista por que resolveu fazer pós-graduação e seguir a carreira acadêmica, abre uma trilha que pode ser explorada com mais acuidade por quem desejar saber o motivo pelo qual a PUC de São Paulo formou uma quantidade significativa dos negros intelectuais que são ou foram dirigentes dessa associação. Segundo esse dirigente,

A pós-graduação foi quase que uma decorrência natural. No entanto houve uma certa influência de amigos negros que já faziam mestrado na PUC ainda quando eu estava terminando a graduação, dentre eles eu cito o Paulino de Jesus Francisco Cardoso. **A maioria dos amigos que estudava na**

representam teoricamente os interesses dos participantes desse congresso ou dos filiados da ABPN.



**PUC era militante do Movimento Negro, tanto que lá na PUC nós criamos um Grupo chamado NEAFRO-Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na PUC-SP.** Esse grupo, composto por estudantes como Acácio Sidnei Almeida, Dagoberto José Fonseca, Sandra, Marlene, Benhur (Mato Grosso) e outros, se inspirou em **uma certa tradição que a PUC já tinha em tratar com a questão racial.** Além de professores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Josildeth Gomes Consorte, **nós recebemos influência de grupos anteriores de estudantes negros que existiram na PUC, a exemplo do GN-PUC** (Gevanilda-Gê, Flavinho, Matilde Ribeiro<sup>13</sup>, Deborah Santos) e do IPEAFRO<sup>14</sup>, que, à época de sua existência, foi coordenado pelo professor Abdias do Nascimento. (Dirigente masculino “A” da ABPN; grifo nosso)

Percebe-se que a escolha da PUC de São Paulo por muitos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN, para a realização dos cursos de mestrado e doutorado, não foi aleatória. Essa foi uma ação racional com relação a fins, uma opção intencional, direcionada e posicionada. Visava-se estudar numa universidade privada que já tinha certa tradição em estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, que abrigou professores que contestavam a ideologia da democracia racial brasileira e protestavam contra o racismo, como, por exemplo, o ativista e intelectual Abdias do Nascimento, os acadêmicos Florestan Fernandes e Octavio Ianni – que eram membros fundadores da “escola paulista de relações raciais”, conforme designou o sociólogo Carlos A. Hasenbalg (1995: 359-360) –, entre outros. Objetivava-se também encontrar naquela universidade estudantes negros que militavam nos movimentos sociais negros, bem como viver e conviver num ambiente acadêmico aparentemente acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras.

Se a PUC de São Paulo abrigou e formou em seus cursos de pós-graduação muitos negros intelectuais, como indicam os dados da tabela 2, tal como demonstra a afirmação acima de um dos dirigentes da ABPN, observamos por meio das outras entrevistas que a maioria desses(as) intelectuais que cursaram as suas pós-graduações em universidades públicas (os outros 60,0%) estudou na Universidade de Brasília (UnB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E aqui, salvo duas orientações com o professor Kabengele Munanga na USP e uma orientação com o professor Octavio Ianni na Unicamp, talvez não seja plausível afirmar que a escolha dos(as) dirigentes da ABPN por essas instituições públicas tenha sido uma opção intencional, direcionada e posicionada como a que provavelmente ocorreu na PUC de São Paulo. Exceto na Unicamp, pode-se afirmar, sem tergiversações, que em nenhuma dessas universidades públicas havia (nas décadas de oitenta e noventa do século XX, bem como até

<sup>13</sup> Matilde Ribeiro foi Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do governo Lula, no período de 21 de março de 2003 até 06 de fevereiro de 2008. Ela é graduada em Serviço Social, Mestre em Psicologia Social e Doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP.

<sup>14</sup> IPEAFRO significa Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, fundado em 1981 pelo ativista e intelectual orgânico dos Movimentos Negros Abdias do Nascimento. Por meio do IPEAFRO, Abdias do Nascimento coordenou e presidiu na PUC/SP o Terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas (Nascimento *apud* Contins, 2005: 37; Nascimento, 1985: 6).

o início da primeira década do século XXI) grupos de pós-graduandos(as) negros(as) organizados(as) enquanto tais e que eram ativistas nos movimentos sociais negros, propiciando aparentemente um ambiente acadêmico acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras, assim como coletividades que questionassem a ideologia da democracia racial brasileira a partir de um ponto de vista diferente daquele dos cientistas sociais brancos, que têm hegemonia na área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais das ciências sociais.

O diferencial para a formação desses(as) negros(as) intelectuais, no que diz respeito à incorporação e reprodução de um *ethos* acadêmico ativo, que não admite a colonização intelectual eurocêntrica em seus estudos e pesquisas nem a ausência de propostas de políticas de promoção da igualdade racial – o que passou a fazer parte da conduta acadêmica e política desses(as) intelectuais –, não foi somente o ambiente e o conhecimento acadêmico adquirido e elaborado nos cursos de pós-graduação que realizaram em universidades públicas e privadas ou mesmo no ofício de intelectuais-acadêmicos, até porque o meio acadêmico não está imune da discriminação racial (Gilliam, 1997). Nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, esses(as) intelectuais adquiriram o conhecimento acadêmico-científico, que também é condição necessária, mas não suficiente, para a formação dos negros intelectuais. A incorporação de uma ética da convicção antirracismo, que é a outra condição necessária para a constituição desses(as) últimos, também foi e é fundamental.

Esses(as) intelectuais incorporam essa ética através da influência direta ou indireta dos movimentos sociais negros. A primeira maneira, a direta, ocorre por meio do ativismo político em organizações desses movimentos. Foi essa primeira forma que prevaleceu entre os(as) dirigentes da ABPN, visto que 73,32% deles(as) afirmaram já ter sido militante em alguma associação dos movimentos negros. O restante, 26,68% dos(as) dirigentes entrevistados, afirmaram não ter sido ativistas orgânicos desses movimentos, como se pode observar na tabela 3.

Tabela 3 – Já foi ou ainda é militante dos movimentos sociais negros

Já foi ou ainda é militante	Frequência	Porcentagem
Sim	11	73,32
Não	4	26,68
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Santos (2007)

Os(as) dirigentes da ABPN que não militaram direta e organicamente em entidades dos movimentos sociais negros incorporaram uma ética da convicção antirracismo sob *influência indireta* desses movimentos. Isto é, por meio de diálogos, discussões e debates, entre outras formas de contato e comunicação com amigos ativistas negros, tanto como participando

esporadicamente de reuniões, a convite desses amigos, ou mesmo ouvindo, estudando ou acompanhando à distância os discursos, as lutas e as proposições antirracismo desses movimentos. Um(a) desses(as) dirigentes que não foi ativista orgânico daqueles movimentos os estudou e/ou os pesquisou para defender uma dissertação de mestrado, em 1998, sobre as mulheres negras militantes da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia. No ano seguinte, em 1999, esse(a) intelectual criou um site sobre mulheres negras, que, entre outros, tem o objetivo de ser uma ferramenta de luta contra o racismo. Os(as) outros(as) três intelectuais demonstraram em suas falas a presença dos movimentos negros em suas vidas, especialmente no momento em que estavam realizando os seus cursos universitários, conforme se pode observar a seguir:

Minha origem protestante histórica – Igreja Evangélica Congregacional (...) – criou uma realidade própria que não incluía participar de movimentos negros, ser militante na íntegra (...). Isto não significa dizer que minha família negra não questionasse os racismos dentro da própria igreja, por exemplo, e na sociedade brasileira em geral. Ou seja, **não éramos alheios à temática e não deixávamos de “combater” tais racismos ao modo do que era possível dentro de uma visão cristã. Estávamos atentos a toda movimentação do movimento negro:** luta por uma estética própria que deveria ser respeitada (...), a luta dos negros nos Estados Unidos, **o MNU, etc., etc. Sabíamos de tudo e acompanhávamos tudo. Já na Universidade tentamos nos vincular a algum movimento, mas não era fácil.** Nossa linguagem e modo de ser, incluindo ainda roupa, cabelos, e não era roupa pentecostal não; eram roupas, vamos dizer assim, “de brancos”. Tudo isso não facilitou **participar por exemplo do MNU.** Não era fácil quem não seguisse determinado padrão comportamental, estético e religioso **participar do MNU.** E estou falando de fins dos anos 80 e principalmente início dos 90 [do século XX]. (...). **Como era difícil entrar nos grupos já existentes, participei da criação de um grupo que durou aproximadamente dois anos. O nome do grupo era “Consciência Negra” e reuníamos todos os sábados à tarde para ler e estudar textos na antiga sede do [Diretório Central dos Estudantes] DCE da [Universidade Federal de Pernambuco] UFPE, que ficava no centro da cidade-Recife. Foi muito bom.** [Isso foi] mais ou menos em 1992 e 1993 (...) **Tem muita gente que fez,** vamos dizer assim, “**militância**”, **sem necessariamente estar dentro de um movimento negro organizado.** (...) [Existe uma] dinâmica do que é se organizar enquanto negro neste país. Existe muito protesto contra o racismo sobre o negro fora das entidades negras tradicionais. (Dirigente feminina “A” da ABPN; grifo nosso)

Nunca fui militante de qualquer entidade do Movimento Negro brasileiro. Durante minha estadia no Rio de Janeiro, os anos de 1993 e 1994, **por influência de uma amiga militante com quem dividia apartamento, me aproximei do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o IPCN, e frequentei reuniões, contribuí em algumas atividades esporádicas.** (...). **Atualmente poderia afirmar que percebo a influência dos movimentos negros quando atuo como pesquisador e professor universitário,** uma vez que procuro estar atento à presença negra na sala de aula, ao modo como se comportam ou reagem os alunos em relação à minha presença **e meu discurso negro**

**posicionado. (...), acredito que esta sensibilidade foi provocada também pelo discurso dos movimentos negros brasileiros (Dirigente masculino “B” da ABPN; grifo nosso).**

Desde os 18 anos que comecei a militar nos movimentos sociais em Recife. (...). **A relação com o movimento negro era indireta, mais especificamente com o MNU e Centro de Educação Popular Maria da Conceição no Morro da Conceição, ligada ao Movimento Social Negro com atuação em Educação. A participação nesses movimentos despertou para a necessidade de dar continuidade aos estudos, aprofundar a condição de intelectual orgânico dos próprios movimentos sociais.** Quando fui para a Universidade Federal de Alagoas em 1992, passei a ter uma relação de maior **proximidade com o NEAB [Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros]**; realizamos um seminário em 1993 sobre a condição do Negro na Sociedade Brasileira. Quando saí para o doutorado em 1995/1996 tive como objeto de investigação o Carnaval, Educação e Movimento Social Negro na Bahia; nesse momento passei a trabalhar de forma mais orgânica a negritude inscrita nas minhas relações familiares, **redefinindo profundamente o meu lugar na Universidade e minhas opções no campo político. Foi mais um nascimento, cheio de dores, alegrias e utopias.** (Dirigente masculino “C” da ABPN; grifo nosso)

Não temos pretensão de analisar aqui o conteúdo ou o discurso destes(as) diretores(as) ou ex-diretores(as) da ABPN, mas somente demonstrar que eles também incorporaram uma ética da convicção antirracismo oriunda principalmente dos movimentos sociais negros, mesmo estes diretores(as) ou ex-diretores(as) não tendo militado organicamente nesses movimentos como o fez a maioria dos entrevistados. Como afirmou uma dirigente na primeira citação acima, “estávamos atentos a toda movimentação do movimento negro (...). Sabíamos de tudo e acompanhávamos tudo”. Pensamos que tais declarações e citações são suficientes para assinalar o que estamos designando como influência indireta desses movimentos na incorporação de uma ética da convicção antirracismo por parte dos negros intelectuais que não foram ativistas diretos nas organizações dos movimentos negros brasileiros. Essa ética, em interação com o conhecimento acadêmico-científico adquirido nos programas de pós-graduação das universidades, possibilitou aos seus portadores a construção de um *ethos* acadêmico ativo que não admite nos estudos ou pesquisas desses “novos” acadêmicos a colonização intelectual eurocêntrica nem a ausência de propostas de políticas de promoção da igualdade racial.

## Conclusão

Pensamos que, a partir dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz

respeito à questão racial brasileira, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, é plausível afirmar que está surgindo no Brasil uma nova categoria de intelectuais: **os(as) negros(as) intelectuais**. Neste sentido, negros(as) intelectuais são, em realidade, os(as) acadêmicos(as) com marcadores de ascendência negra (como, por exemplo, pele escura) que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos movimentos sociais negros, incorporando desses o preceito de não se resignar ao racismo, não aceitando com passividade a discriminação e o preconceito raciais e, conseqüentemente, as desigualdades raciais. Preceito esse que, associado e em interação com o conhecimento acadêmico-científico adquirido dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e/ou estrangeiras, produz nesses(as) intelectuais um **ethos acadêmico ativo** que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, assim como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). Tal conduta acadêmica leva-os(as) a pesquisar as relações raciais brasileiras, o racismo, o preconceito, a discriminação, as desigualdades raciais e suas conseqüências virulentas para a população negra, a partir de um ponto de vista que recusa a colonização intelectual eurocêntrica. Mais ainda: tal conduta os induz a pensarem sobremaneira na necessidade de implementação de políticas de promoção da igualdade racial, visando não só a eliminar as desigualdades raciais entre os vários grupos étnico-raciais no Brasil, especialmente entre negros e brancos, mas também banir o racismo da sociedade brasileira.

Nada impede que os(as) intelectuais negros(as) – aqueles(as) intelectuais com marcadores de ascendência negra que não militam nem foram militantes de movimentos negros ou que ainda não sofreram influência desses movimentos, quer direta ou indireta – também possam incorporar uma ética da convicção antirracismo, associando esta a um conhecimento acadêmico-científico que adquiriram em suas formações acadêmicas. Em conclusão, pensamos que um dos fatores que diferencia os(as) intelectuais negros(as) dos(as) negros(as) intelectuais é justamente o fato destes(as) últimos(as) serem tocados(as): **a) diretamente** por uma ética da convicção antirracismo, através do ativismo sócio-político em alguma organização negra antirracismo; e **b) indiretamente** por meio de conversas, diálogos, trocas de informações e outras formas de contato entre estes(as) intelectuais e os(as) ativistas dos movimentos sociais negros; influências essas, diretas e indiretas, que se refletem em seus trabalhos científicos e nas suas condutas acadêmico-intelectuais.

## Referências

- BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *De preto a afro-descendentes: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- BELCHIOR, Ernandes Barboza. *Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- BORGES, Eliane. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Rio de Janeiro, 1 fev. 2007.

- BOTELHO, Denise. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 31 jan. 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, SECAD, INEP, 2004.
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Florianópolis, 29 jan. 2007.
- CARVALHO, José Jorge. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 7 mar. 2007.
- \_\_\_\_\_. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./jan./fev. 2005-2006.
- \_\_\_\_\_. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan./jun. 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Revista do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF*, Brasília, ano 13, n. 9, nov. 2003. Entrevista.
- CONTINS, Marcia. *Lideranças Negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Fortaleza, 19 jan. 2007.
- CUNHA, Lídia Nunes. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Recife, 1 de fevereiro de 2007.
- DAL ROSSO, Sadi et al. A Seppir e o processo de construção de um sistema de políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil. *Relatório de Pesquisa*. Brasília: Seppir, 2006.
- DEMO, Pedro. *Argumento de autoridade x autoridade do argumento: interfaces da cidadania e da epistemologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005
- GOMES, Nilma Lino. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Belo Horizonte, 26 fev. 2007.
- GILLIAM, Angela. Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, 67-101, 1997.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, p. 156-167, dez./jan./fev. 2005-2006.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *Estudos Avançados: revista do IEA da USP*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.

- LIMA, Ari. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 15 fev. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 14 dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. A Legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. *Afro-Ásia: revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador*, n. 25-26, p. 281-312, 2001.
- HASENBALG, Carlos A. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 2, pp. 355 a 374, 1995.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MACEDO, Márcio José de. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914 a 1968)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2005.
- MATTOS, Ivanilde Guedes de. *Entrevista (por telefone) concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 25 fev. 2007a.
- MATTOS, Wilson Roberto de. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 30 jan. 2007.
- NASCIMENTO, Abdias. *Povo negro: a sucessão e a Nova República*. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *O Negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- NEAB/UFMA. *CD-ROM do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas para os Afro-descendentes*. São Luís: NEAB/UFMA, 2006
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Editores). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Porto Alegre, 18 jan. 2007.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- RATTS, Alecsandro José P. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Goiânia, 29 jan. 2007.
- SANSONE, Livio. Um Campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1, p. 5-14, 2002.
- \_\_\_\_\_. Racismo sem etnicidade: políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 751-783, 1998.
- SANTANA, Moises. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Recife, 24 jan. 2007.
- SANTOS, Gevanilda. *Entrevista (por telefone) concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 28 fev. 2007a.
- SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.).

*História e ideal*: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp, Brasiliense, 1989.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. Tese (Doutorado em Sociologia)—UnB, Brasília, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Ação afirmativa ou a utopia possível: o perfil dos professores e dos pós-graduandos e a opinião destes sobre ações afirmativas para os negros ingressarem nos cursos de graduação da UnB. *Relatório final de pesquisa*. Brasília: ANPEd/ 2. Concurso Negro e Educação, 2002. Mimeografado.

SEMOG, Ele; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SILVA, Carlos B. Rodrigues. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/São Luís, 21 jan. 2007.

SILVA, Maria Palmira da. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 16 fev. 2007.

\_\_\_\_\_. *Memorial*. São Paulo, 2006.

SILVA, Nelson Olofáfá Inocêncio da. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 16 fev. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *CV Lattes*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5770245673371690>. Acesso em: 26 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. *Memorial para o concurso de professora titular de ensino-aprendizagem - relações étnico-raciais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*. São Carlos: UFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. Parecer n. 3/2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatório do Proc. 23001.000215/2002-96". In: BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SECAD/INEP, 2004.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Entrevista concedida (por telefone) a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/São Carlos, 28 fev. 2007a.

\_\_\_\_\_. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/São Carlos, 19 jan. 2007.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

## Notas